

política

Legado de JK é lembrado 50 anos após sua morte

Trajetória de Juscelino Kubitschek marcou a economia e a política do País

/ HISTÓRIA

Laura Richa

politica@jornaldocomercio.com.br

Em um período eleitoral, promessas de desenvolvimento, crescimento econômico, grandes obras e modernização costumam ocupar espaço no discurso político. No Brasil, poucas experiências estão tão associadas a esse imaginário quanto a de Juscelino Kubitschek. Há 70 anos, ao chegar à Presidência da República, em 1956, o político mineiro apresentou um projeto de transformação acelerada do Brasil, sintetizado na promessa de realizar “50 anos de progresso em 5 anos de realizações”.

■ Da Medicina à política

Juscelino Kubitschek nasceu em 12 de setembro de 1902, em Diamantina, Minas Gerais. Formou-se em Medicina em Belo Horizonte, em 1927. Sua carreira política começou em 1934, quando foi nomeado chefe da Casa Civil de Minas Gerais e, no mesmo ano, eleito deputado federal pelo então Partido Progressista. Seu mandato foi interrompido em 1937, com o fechamento do Congresso pelo golpe que instaurou o Estado Novo.

Na Prefeitura de Belo Horizonte, dedicou-se à remodelação da capital mineira, com a abertura de grandes avenidas, ampliação das redes de esgoto e abastecimento de água e a construção do conjunto arquitetônico da Pampulha, projetado por Oscar Niemeyer.

Depois de voltar à Câmara dos Deputados em 1945 e participar da Assembleia Nacional Constituinte, JK conquistou o governo de Minas Gerais em 1950. Sua administração teve como base o binômio energia e transporte, áreas que também ocupariam posição central no projeto que levaria à Presidência.

A eleição de JK ocorreu em um contexto de forte tensão política. Ligado ao PSD, partido que fazia parte do campo varguista, Juscelino defendia a continuidade do projeto de industrialização desenvolvido desde o período Vargas, mas com abertura ao capital estrangeiro. A estratégia encontrou um cenário internacional favorável. Empresas multinacionais, principalmente do

setor automobilístico, procuravam espaço para se instalar na América Latina. O Brasil apresentava condições consideradas atrativas. “Ele aceita o capital estrangeiro para vir incentivar essa industrialização brasileira”, explica Pedro Cezar Dutra Fonseca, economista e pesquisador da UFRGS. Segundo o economista, o Plano de Metas representou, em parte, a tentativa de aproveitar esse momento para acelerar a transformação econômica do País.

Juscelino venceu a eleição presidencial de 1955 com 36% dos votos válidos. O vice-presidente eleito foi João Goulart. A posse, entretanto, não estava garantida. A oposição da UDN e de setores militares culminou em uma tentativa de golpe, e JK só conseguiu assumir após a intervenção do então ministro da Guerra, general Teixeira Lott.

■ O Plano de Metas e a promessa de desenvolvimento

O Plano de Metas estabeleceu 31 objetivos distribuídos em cinco setores: energia, transportes, alimentação, indústria de base e educação. A construção de Brasília era apresentada como a síntese do programa. A proposta partia da identificação dos chamados pontos de estrangulamento da economia brasileira, considerados obstáculos ao crescimento. Os maiores investimentos foram destinados a energia, transportes e indústria de base, que concentraram 93% dos recursos. Alimentação e educação receberam os 7% restantes.

O projeto teve resultados significativos. Durante o período, foram construídas usinas hidrelétricas, grandes rodovias foram abertas e outras receberam pavimentação, incluindo as ligações entre Rio de Janeiro e Belo Horizonte, Belo Horizonte e Brasília, Belém e Brasília e Brasília e Acre.

A indústria de base também cresceu de maneira expressiva, enquanto o País recebeu investimentos estrangeiros que contribuíram para a instalação de novas empresas. Entre 1955 e 1961, o Brasil recebeu mais de US\$ 2 bilhões destinados ao Programa de Metas, e o valor da produção industrial cresceu 80%. No mesmo período, a economia brasileira cresceu em ritmo de aproximadamente 7,9% ao ano.

■ Brasília e a imagem de um país moderno

A transferência da capital para o interior do País não era uma ideia nova. A Constituição de 1891 já previa a construção de uma nova capital no Planalto Central, e o nome Brasília havia sido sugerido por José Bonifácio. JK, porém, transformou a proposta em uma das principais marcas de seu governo.

Em abril de 1956, encaminhou ao Congresso um projeto de lei propondo a transferência da capital para o Planalto Central. Depois da aprovação, sancionou, em setembro daquele ano, a lei que estabelecia os limites do futuro Distrito Federal. Em 1957, o plano-piloto de autoria de Lúcio Costa foi escolhido em concurso organizado por Oscar Niemeyer. Depois de mil dias de obras, Brasília foi inaugurada em 21 de abril de 1960.

Conforme o economista, a nova capital representava mais do que uma obra de infraestrutura. Brasília ajudava a materializar a imagem de modernidade que JK pretendia construir para o país. “Ela tende a representar essa grande crença no país do futuro e que o Brasil ia indo para lá”, afirma. A própria arquitetura modernista da cidade contribuía para essa representação. O projeto expressava a ideia de ruptura com o passado e de construção de um novo Brasil.

■ A industrialização que mudou o consumo

A transformação mais dura do período, porém, não ficou restrita à paisagem de Brasília. O governo JK acelerou a industrialização e modificou a estrutura produtiva brasileira. A abertura ao capital estrangeiro favoreceu a chegada de grandes montadoras. Com isso, o País passou a produzir em larga escala automóveis e outros bens duráveis. O processo de industrialização, entretanto, não ocorreu de maneira homogênea pelo território brasileiro.

No Rio Grande do Sul, durante o governo de Leonel Brizola, uma das respostas foi a criação do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), instituição voltada ao financiamento de projetos de desenvolvimento nos três estados da região Sul.



Ao lado do vice João Goulart, JK participou da inauguração de Brasília

O crescimento acelerado também teve efeitos negativos. No final do governo JK, a inflação começou a crescer, os investimentos estrangeiros diminuíram e surgiram problemas no balanço de pagamentos. A dívida externa aumentou e o Estado passou a enfrentar maiores dificuldades para sustentar o ritmo de investimentos. Segundo Fonseca, parte do custo do desenvolvimento foi transferida para os governos que vieram depois. “Ele joga para o futuro o custo desse crescimento todo”, afirma.

■ O fim da carreira política

Quando deixou a presidência, em 1961, JK entregou o cargo a Jânio Quadros, mas permaneceu como uma das principais lideranças políticas brasileiras. Em 1962, foi eleito senador por Goiás. Dois anos depois, a convenção nacional do PSD o indicou novamente para disputar a Presidência. A eleição prevista para 1965, entretanto, não aconteceria. Com o golpe militar de 31 de março de 1964, o cenário político brasileiro mudou.

Em junho daquele ano, JK teve o mandato cassado e os direitos políticos suspensos por dez anos. Acusado de corrupção e de ter apoio dos comunistas, deixou o País e viveu nos Estados Unidos e na Europa. Apesar das acusações e dos inquéritos policiais militares aos quais foi submetido, nunca chegou a responder formalmente à Justiça por essas acusações.

JK voltou ao Brasil após as eleições de 1965, mas permaneceu pouco tempo no País. O retorno definitivo ocorreu em 1967. Impedido de retomar a carreira política, passou a escrever suas memórias, reunidas em cinco volumes sob o título “Meu Caminho para Brasília”. Em 1975, tornou-se membro da Academia Mineira de Letras.

■ A morte e a hipótese de atentado

Em 22 de agosto de 1976, Juscelino Kubitschek morreu em um acidente automobilístico no Rio de Janeiro. Ele viajava de São Paulo

para o Rio em um Chevrolet Opala, acompanhado do motorista Geraldo Ribeiro, quando o veículo colidiu de frente com uma carreta.

A versão oficial sustentava que o carro havia sido fechado por um ônibus da Viação Cometa e que o motorista teria perdido o controle do veículo. O condutor do ônibus chegou a responder judicialmente pelo acidente, mas foi absolvido em 1978 por falta de provas. As dúvidas sobre o caso permaneceram. Em 1996, o corpo de JK foi exumado, mas a investigação não encontrou elementos que alterassem a versão oficial. Anos depois, as Comissões da Verdade de São Paulo e Minas Gerais e a Comissão Municipal da Verdade de São Paulo voltaram a investigar a morte. Em 2013, o Ministério Público Federal também abriu um inquérito sobre o caso.

A investigação mais recente foi retomada pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) após sua reinstalação, em 2024. A historiadora Maria Cecília Adão, relatora do caso, analisou documentos das diferentes investigações e apresentou seu relatório em 29 de maio de 2026.

Na mesma data, a CEMDP aprovou, por seis votos a favor e uma abstenção, o reconhecimento de JK como vítima de “morte não natural, violenta, causada pela perseguição política do Estado brasileiro”. A conclusão contraria a versão de que o ex-presidente morreu em um acidente e aponta que uma ação externa teria provocado a saída do veículo da pista.

Cinquenta anos depois da morte de JK, o episódio que durante décadas foi tratado oficialmente como um acidente pode, portanto, ser reconhecido pelo Estado brasileiro como consequência da perseguição política promovida pela ditadura. Juscelino morreu poucos dias antes de completar 74 anos. Seu funeral, realizado em Brasília, reuniu mais de 300 mil pessoas e seus restos mortais estão no Memorial JK, construído na capital federal em 1981.